



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZ

"Artigo décimo segundo, número um, alínea b) do Regimento"

-----Aos vinte cinco dias do mês de Junho de dois mil e dez, no auditório do edifício dos Paços do Concelho, Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim pelas vinte e uma horas e quinze minutos, encontrando-se presente a maioria dos membros que compõem a Assembleia Municipal, reuniu esta em sessão ordinária, com o objectivo de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

PONTO UM – APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO A BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PONTO DOIS - APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO BANCÁRIO ATÉ CENTO E NOVENTA E TRÊS MIL E QUINHENTOS EUROS, PARA COMPRA DA PARCELA DE TERRENO PARA A CIRCULAR URBANA, AO BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO (MINUTA DO CONTRATO), DE ACORDO COM O PREVISTO NA ALÍNEA D) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

PONTO TRÊS – APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADAPTAÇÃO DO PDM DE ALMEIRIM AO PROT (PLANO REGIONAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO), CONFORME ESTABELECIDO SUPERIORMENTE. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PONTO QUATRO - APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA A ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO NA ÁREA DE SEGUROS, E SUA REPARTIÇÃO DE DESPESA PELOS ANOS SEQUINTE, DE ACORDO COM O ESTIPULADO NO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

PONTO CINCO - APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA, APÓS PUBLICAÇÃO DA “ALTERAÇÃO À REDACÇÃO DO ARTIGO QUINTO DO REGULAMENTO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALMEIRIM”, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

-----PERIODO ANTES-DA-ORDEM-DO-DIA-----

----- (Artigo vigésimo quarto, alínea A do Regimento) -----

----- (Artigo décimo oitavo, número um do Regimento) -----

Procedeu-se à verificação das presenças dos elementos que compõem a Assembleia Municipal de Almeirim, convocados pelo Senhor Presidente da Assembleia nos termos do número um, alínea b) do artigo cinquenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada em anexo à Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conjugado com o número um, alínea **b**) do artigo sétimo do Regimento, tendo-se verificado as seguintes presenças: Na mesa; José Francisco Correia Afonso Marouço, (Presidente da Mesa da Assembleia Municipal); Carlos Manuel Russo Mota (Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia); Teresa Isabel Almeida Filipe (Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal); Ana Sofia Fonseca Casebre; Manuel Botas Soares; Helena Isabel Pereira da Silva Gerardo; Domingos Manuel Monteiro Martins; Luiz Filipe Esteves Neves Inês; Rui Manuel Oliveira Pinto Pires; Aquilino Manuel Pratas da Silva; Jorge Alexandre Castro Videira Veiga Dias; Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha; Fernando Manuel Oliveira Botas Videira; Ana Lúcia Mesquita Nunes Gomes Ribeiro; João Miguel Gonçalves Lopes; Samuel Amorim Prôa; Duarte José Vilhais



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Mota Cerveira; Pedro António Mendonça Ramos; Manuel Virgínia Lourenço; Carla Marina Sousa Jesus Silva; Manuel Bastos Martins (Presidente de Junta de Fazendas de Almeirim); Joaquim Francisco Leonor Sampaio (Presidente da Junta de Almeirim); José David Ventura Gouveia (Presidente de Junta da Raposa); Joaquim José Moiteira Rabita (Secretario de Junta de Benfica do Ribatejo); do Executivo Municipal o Senhor José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (Presidente da Câmara Municipal); Pedro Miguel César Ribeiro (Vice-Presidente); Francisco Manuel Maurício do Rosário (Vereador), Maria Emília Castelo A. Botas Moreira (Vereadora). José Carlos Silva (Vereador), e Maria de Fátima Rodrigues Pina Cardoso (Vereadora). -----

----- Registo de faltas: Teresa Paula Rodrigues Aranha; do Grupo PS e José Manuel Aranha Figueiredo (Vereador) -----

----- Sendo vinte e uma horas e dezoito minutos, declarou o senhor Presidente da Assembleia Municipal, aberta a sessão. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Boa noite meus senhores e minhas senhoras. Verifico que existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão ordinária do mês de Junho de dois mil e dez. -----

Vamos entrar em pleno na nossa sessão, e como sempre, vamos entrar no período antes da ordem do dia. Seguindo os diversos pontos deste período, vou começar por colocar à apreciação dos grupos municipais a acta da sessão ordinária do mês de Fevereiro de dois mil e dez, que não foi aprovada na última Assembleia. -----

Se nenhum membro desta assembleia tem nada para se pronunciar, vou colocar a acta à votação. -----

----- * **Votação da acta da sessão de Fevereiro de dois mil e dez:** Aprovado por unanimidade. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Seguidamente, coloco à apreciação da Assembleia a acta da sessão ordinária de Abril de dois mil e dez. -----

Não há nenhuma intervenção sobre a acta de Abril? -----

Chama à atenção, que neste momento o quórum da Assembleia é de vinte quatro elementos. -----

----- * **Votação da acta da sessão de Abril de dois mil e dez:** Aprovado por maioria, com duas abstenções, uma do Grupo MICA e outra do Grupo do PS. -----

CORRESPONDÊNCIA

----- (Artigo vigésimo quarto, alínea B do Regimento) -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Seguidamente, passamos à leitura resumida da correspondência. -----

Foi recebida entre a última sessão ordinária da Assembleia, datada de trinta de Abril de dois mil e dez, e a presente sessão ordinária, a seguinte correspondência, enviada por: -----

A ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: - Parecer Sobre Sessões extraordinárias “Período antes da Ordem do Dia e Intervenção do público” -----

BMA – Banda Marcial de Almeirim – Ofício/convite a participar nas comemorações do seu 79º aniversário. -----

Orfeão de Almeirim – Convite para assistir ao concerto de intercâmbio com o Coro da Santa Casa da Misericórdia das Velas, São Jorge – Açores, no dia Dez de Junho. -----

ISLA – Convite para assistir ao III seminário sobre as “Novas Oportunidades”. -----

Associação dos 20 Km de Almeirim – Convite para a sua 1ª Gala. -----

ASSEMBLEIA DISTRITAL DE SANTAREM – Convocatória para a reunião de instalação da Assembleia Distrital de Santarém, para o mandado de dois mil e nove a dois mil e treze, na Nazaré. -----

JUNTA DE FREGUESIA DE FAZENDAS DE ALMEIRIM– Convite para no dia 10 de Junho assistir à homenagem aos militares da Freguesia mortos na guerra colonial. Convite para assistir às festas do seu 19º aniversário da elevação a Cidade. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM, Ofício a solicitar a marcação de uma Assembleia Municipal ordinária para o dia vinte cinco de Junho. -----

PEDIDOS DE JUSTIFICAÇÃO DE FALTA: Manuel Luís da Cruz Bárbara (PS); Maria José Seródio Dias (PS); Alfredo da Silva Trindade (Presidente da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo); Armindo Castelo Bento (MICA); Mónica Teresa Pereira Ramalho Galão (MICA) e José Carlos Silva, (Vereador) -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» passamos agora aos assuntos de interesse local, pelo que estão abertas as inscrições para este ponto. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Boa noite a todos os presentes. Relativamente a este ponto, não podíamos deixar de falar de dois assuntos, que segundo a nossa opinião são as principais notícias destes últimos tempos, desde da última Assembleia Municipal. -----

Uma delas, prende-se com a notícia relativamente ao Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, que com alguma surpresa, ou talvez não, começou a ser construído em



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

zona interdita pelo PDM, segundo notícias da imprensa local. Gostávamos de saber, relativamente a este assunto, que comentários é que o Presidente do Executivo, ou os Vereadores responsáveis pelo pelouro, podem fazer? -----

Um projecto desta dimensão em fazendas de Almeirim, devia estar em nossa opinião, junto às outras escolas, criando uma serie de sinergias, que desta forma não vão existir. É um projecto que nós temos criticado porque é curto no sentido em que tem poucas salas, desde o princípio. Agora a juntar a tudo o que já referi, aquele projecto de edifício encafuado ainda tem problemas legais. -----

Devo também dizer que relativamente ao Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, que me foi comunicado que no próximo ano lectivo já faltará uma sala de aulas nas Fazendas de Almeirim, mais concretamente na chamada escola da Pinheira. Se fizermos as contas relativamente ao Novo Centro escolar de Fazendas de Almeirim, pelo projecto que tinha sido apresentado e do que temos conhecimento continuará a faltar uma sala no Centro Escolar de Fazendas de Almeirim após a sua conclusão.-----

Gostava de saber o que é que o Executivo têm a dizer relativamente a este assunto? – O segundo tema, que é de grande importância, prende-se com a publicação esta segunda-feira, da resolução de Conselho de Ministros quarenta e cinco barra dois mil e dez, que tem a ver com o EPLVT. Este estabelecimento prisional teve o voto contra do PSD em várias circunstâncias e em várias moções no mandato anterior. Os motivos pelo quais o fizemos e pelos quais votámos contra, não se alteraram significativamente. Apenas pretendemos dar aqui registo de que foi anulado a resolução anterior, sendo agora nesta nova Resolução do Conselho de Ministros a permissão da realização da despesa, vez de cinquenta e cinco milhões, sido aumentada para cento e dez milhões de euros, o dobro do montante anterior. Também não haverá concurso público, apenas um concurso limitado/convite, segundo o que está aqui estipulado. Não deixo, enquanto cidadão Português, de achar curioso que um estabelecimento prisional em Lisboa, a funcionar com oitocentos reclusos tenha sido vendido por quarenta e nove milhões de euros, para que depois seja construído um novo com a mesma capacidade, em terrenos do Estado, cujo primeiro projecto era de cinquenta e cinco milhões, e agora de cento e dez milhões de euros. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) » » Boa noite a todos os presentes. -----

Face à intenção, anunciada pelo Governo de encerrar mais escolas neste país, (depois do encerramento das escolas com menos de nove alunos, tivemos o as escolas com menos de quinze, agora vem aí o encerramento das escolas com menos de vinte e um), a CDU queria aqui manifestar o seu mais vivo repúdio por essa



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

pretensão, lembrar que as cartas educativas fazem Lei e devem ser respeitadas e que a Carta Educativa de Almeirim, aprovada nesta AM, não previa o encerramento de nenhuma escola. -----

Como tal, gostaríamos de saber, se existe alguma escola do 1º ciclo do ensino básico no Concelho que tenha menos de vinte e um alunos para o próximo ano? -----

E se da parte do Ministério da Educação e da Câmara existe alguma intenção de encerrar alguma escola? -----

Segunda questão; Na reunião, de trinta de Dezembro de dois mil e nove, desta Assembleia (acta página vinte e sete), coloquei a seguinte pergunta ao senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

“Qual o custo de demolição da zona junto ao cruzamento da Rua de Alpiarça com a Conde da Taipá. O que a CDU quer saber, é qual o valor de “renda” que vamos pagar daqui a quatro anos, que é o direito de tempo de utilização que nós temos”. -----

A resposta foi-me dada, pelo Sr. Presidente da CM na reunião de vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez, como se pode verificar na acta (página sete), e foi a seguinte: -----

“O valor da demolição dos imóveis degradados na Rua do Paço, que deu lugar ao Parque de estacionamento existente em frente ao prédio do Sr. Vasco Andrade, foi de vinte mil seiscientos e quarenta e oito euros.”. -----

Acontece que a resposta não corresponde à verdade, se fizermos fé no valor do contracto publicado no Portal dos Ajustes directos que refere os seguintes valores: -----

UM - Contracto (CM/Tecnitejo) – trinta de Abril de dois mil e nove - Demolição de edifícios degradados na rua do Paço em Almeirim, no valor de vinte e nove mil oitocentos e oitenta e seis euros e sessenta e nove cêntimos. -----

A demolição só por si não corresponde ao valor. Mas como se compreende perfeitamente da pergunta da CDU, queríamos saber o valor total da Intervenção, para calcular aquilo que chamei “ a renda”, que iremos pagar pelos quatro anos previstos, visto que o contrato era que findo estes quatro anos o proprietário recuperava os seus direitos sobre o terreno. -----

Ora o Sr. Presidente da Câmara Municipal, esqueceu-se de referir ainda o seguinte valor; trinta e nove mil quatrocentos e oitenta e oito euros e trinta cêntimos euros de construção! -----

Ao todo sessenta e nove mil trezentos e setenta e quatro euros e noventa e nove cêntimos... sem falar da iluminação. Dividido por quatro anos dá dezassete mil trezentos e quarenta e três euros e setenta e cinco cêntimos ano ou seja mil



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

quatrocentos e quarenta e cinco euros e trinta cêntimos euros mês... nada mau para uma renda de terreno sem nada. Mais o proprietário quando recuperar o terreno, já o vai herdar limpinho e não suportará custos de demolição. -----

E que dizer do valor de dezasseis mil e quinhentos euros do contracto (numero oitenta e sete mil seiscentos e vinte cinco) celebrado (CM/Rui Manuel Dias Alves) a nove de Setembro de dois mil e nove, de adjudicação de fornecimento de estruturas de ensombramento para o Parque de Estacionamento junto à rua do Paço. Alguém viu estas estruturas? -----

O que se passa com os terrenos do Centro Escolar das Fazendas é simplesmente escandaloso. Como ex-Vereadora quero aqui informar os restantes membros desta Assembleia de que nunca chegou informação alguma às reuniões do anterior Executivo, sobre o facto do Centro Escolar assentar sobre terrenos classificados e “no aedificandi”, de RAN e REN. -----

A CDU sempre assumiu que aquela rua não era adequada o Centro escolar, por não ter largueza para estacionamento, e também porque o formato dos terrenos era o melhor e estranhou o surgimento de um loteamento nas traseiras do Centro Escolar, a pretexto de vir criar lugares de estacionamento para a escola. -----

O tempo trás sempre uma explicação para tudo, mais não direi! -----

Relativamente ao Estabelecimento Prisional, gostaria de dizer o seguinte: -----

Sobre a Prisão. -----

Da audição do Sr. Ministro da Justiça decorrida na passada terça feira na Assembleia da República, por iniciativa de “O Verdes”, ficam claras as seguintes questões: -----

Um - Que esta é a Prisão do Presidente Sousa Gomes. -----

Dois - Que a escolha da Herdade dos Gagos, não advêm de uma ponderação de diversos locais adequados para o fim pretendido, mas de uma conversa à hora de almoço, e do facto do terreno ter sido oferecido a titulo gratuito. -----

Três - Que a decisão é politica e que o Sr. Ministro não se quis responsabilizar por ela.

Quatro - Que se o Sr. Ministro for um homem de palavra, este crime ambiental não será cometido e a prisão não se irá construir no Paço dos Negros, porque este comprometeu-se em fazer respeitar escrupulosamente a legalidade. Perante o dossier recheado com as ilegalidades que “Os Verdes” vão se encarregar de lhe fazer chegar, o ministro só pudera revogar a decisão. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Informo a senhora Deputada Manuela Cunha, que já ultrapassou o seu tempo, pelo que deve ser breve na sua intervenção. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» (Intervenção com apoio de projecção de imagens) - A Assembleia Municipal de Almeirim, reunida a trinta de Dezembro de dois mil e nove, recomendou à Câmara Municipal, para que tomasse medidas com a maior urgência, para por fim ao perigo das entradas das garagens, do Edifício Alfa. Seis meses depois, este perigo continua. -----

Seguidamente, queremos mostrar que no momento em que se fala do PEC, e no corte que vai acontecer com as medidas sociais, o contributo que Almeirim tem dado para reduzir o défice: -----

- Logo que o Parque das Laranjeiras acabou de ser construído, partiu-se outra vez para construir uma ciclo via que tinha como objectivo, não a circulação de bicicletas, mas sim, proibir os carros de estacionar. Colocaram-se árvores, arrancaram-se árvores, arrancou-se bancos, colocou-se bancos, depois do parque construído, no final, descobriu-se que podia ser um palco a zona elevada. Construiu-se uma rampa que não dava para entrar os deficientes, foi desfeita e reconstruída, mas mal outra vez. Agora as pessoas em cadeira de rodas que queiram ir para a passadeira, são obrigadas a ir para a galeria; -----

- A ETAR inaugurada em dois mil, nunca funcionou. Mas, agora para poupar dinheiro, e para aumentar o défice, estamos a gastar dinheiro na sua limpeza; -----

- Várias vezes no último mandato coloquei a questão em reunião de Câmara, perguntando se o recreio do Centro Escolar tinha as dimensões adequadas e previstas nas normas de construção escolar. Foi respondido que sim. Passada esta reunião, o espaço do recreio sofreu intervenções, partindo o muro existente, para dar lugar à sua ampliação, pois devem-se ter apercebido que não havia quase recreio para as crianças. Quanto ao recreio para os pequeninos, para além de pequenino, a sua área ainda foi reduzida, para dar lugar a um “encaixe” que tem no seu interior uma caixa de electricidade. Uma destes dias, depois de uma vistoria, será certamente removida. Com todas estes remendos, Almeirim vai continuar a contribuir para o défice. -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) »» Permita-me que me dirija ao Senhor Presidente da Câmara. -----

Ao contrário do que se possa julgar, não estamos nesta Assembleia para criticar obra feita. Tratando-se da minha terra, refiro-me à rotunda de Paço dos Negros, que foi construída, não fico certamente indiferente. Enaltecemo-nos com a nova rotunda com que a aldeia foi recentemente contemplada, pois com esta obra é notória a melhoria das condições de segurança, aumento da fluidez do trânsito, a beleza e o arranjo



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

paisagístico do local. Enfim, é notório o aumento da qualidade de vida e a felicidade dos habitantes de paço dos Negros. -----

O Senhor Presidente da Câmara já se deve ter apercebido que estou a ser irónico, e reconhece a minha ironia, porque sabe que aquela rotunda não aumenta a fluidez do trânsito, porque nunca houve trânsito naquela zona que se justificasse, nunca aconteceu engarrafamentos, nem se prevê que aconteça. Aquela rotunda não melhora a segurança, porque não tem trânsito que o justifique, nem ninguém nesta sala, se lembra do último acidente naquele local, se alguma vez aconteceu! A rotunda não embeleza a Aldeia, pois pares além de ser feia, não se encontra integrada em nenhum plano de pormenor, nem sequer está contemplada com qualquer elemento estatutário que homenageie o local com algumas das muitas personagens históricas ligadas à nossa Aldeia, ou personalidades locais, que certamente mereciam. A rotunda não aumentou a área de circulação, pois tanto as casas da Dr.^a Ermelinda Florêncio, como o Café do Falcato, o poste de alta tensão e o aqueduto, o pinhal e a sarjeta, os quatro cantos da rotunda, estão exactamente no mesmo local. -----

Resumindo, o senhor conseguiu gastar vinte mil euros aos contribuintes, exactamente para nada, ou melhor, para conseguir de forma ilegal, gastar vinte mil euros para a campanha eleitoral, com uma obra que ainda que fosse pertinente nesta fase, não sei se sobreponha a outras tantas mais urgentes e pertinentes em todo o nosso Concelho. Ou seja, mais de vinte mil euros gastos aos contribuintes. -----

Esta rotunda está tão mal concebida que qualquer veículo pesado que venha da zona da Raposa e se dirige para Fazendas de Almeirim, terá grandes dificuldades em contornar. Sendo que actualmente poucos o fazem. -----

Grande contributo para a circulação rodoviária e segurança em Paço dos Negros. ----- Paço dos Negros e Foros de Benfica, quase que não tem estradas, já que as mesmas foram destruídas para obras, que a serem necessárias, foram mais uma ferramenta política ao serviço do poder instalado, e menos aos serviços dos cidadãos. -----

O senhor conseguiu apresentar mais uma obra eleitoralista. Talvez o povo tenha o que merece. -----

Senhor Presidente da Câmara, seguindo o seu propósito, a sua forma de fazer política, a sua forma de trabalhar junto da opinião pública, e gastar o que a Câmara já não tem, que certamente será um fardo pesado para os próximos executivos, não podemos deixar de referir as faraónicas obras do Parque das Laranjeiras. Não negamos que a Praça está mais bonita, quiçá menos funcional, menos adequada aos comerciantes locais. Talvez não tenha criado o ambiente social desejado no parque. –



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Sempre dissemos que o valor em causa, cerca de um milhão de euros, um exagero, tendo em conta a conjuntura nacional, e principalmente pela carência de arranjos noutras zonas da cidade e do Concelho. Constatamos que mais uma vez esta obra fez jus ao hábito. Qualquer obra desta Câmara, seja ela a executora ou dona da obra. O que se quer dizer, é que se sabe sempre quando a obra começa, mas raramente se sabe quando a obra acaba. Para terminar, foi colocada uma ciclo via, tipo Pedro Ribeiro, que serve em sede de estatística, para que Almeirim seja considerada uma das melhores cidades em termos de mobilidade, o que é completamente falso. Este micro ciclo via não liga qualquer zona da cidade. Não serve absolutamente para nada, a não ser para gastar os dinheiros que os contribuintes, com muito esforço entregam ao fisco. -----

Quando me refiro às ciclo vias tipo Pedro Ribeiro, estou-me a referir concretamente aquela género de ciclo vias que estão à entrada da Quinta da Conceição e a Feteira, que então, tão elogiadas pelo então Vereador do Desporto, Pedro Ribeiro. Só com muita hipocrisia ou mentalidade do terceiro mundo, é que se pode chamar aquilo, ciclo via. Não são ciclo vias, não são bermas, não são passeios... não serve o objectivo que certamente esteve na origem do seu projecto. -----

Senhor Presidente da Assembleia, para terminar, e para reflectirmos, deixo a nossa opinião convicta que muitas das obras deste executivo infelizmente não servem os objectivos, mas sim outros que são alheios aos interesses públicos dos cidadãos deste Concelho. -----

RUI PIRES (Grupo do PS) » » Por tudo aquilo que temos assistido nesta assembleia, fazia uma recomendação à senhor Presidente da Câmara. Pare com todas as obras, para com tudo o que está a fazer. Faça só a gestão do Município em termos financeiros. Pague aos funcionários da Câmara, arranje uma cadeira, e não faça nada. É claro que estou a ser irónico. O que lhe quero dizer, e aos Vereadores, que estão a tempo inteiro. Em nome do grupo do Partido Socialista, queremos dizer-lhe, deixe falar e continue com o seu programa. Há uns tempos atrás que neste país a palavra de ordem é "parar". Mas como nós acreditamos no futuro, e o futuro é amanhã, e é lá que se começa a construir...volto a dizer, continue, que tem o apoio do Grupo do Partido Socialista. -----

VEIGA DIAS (Grupo do PS) » » Boa noite a todos. Foi com alguma satisfação que ouvi a intervenção do Grupo da CDU, e do Grupo do MICA. Fico satisfeito de saber que este executivo, com este mandato ainda tão curto, já fez tanto. Já fez e continua a fazer, e o que se comprometeu executar tem vindo a fazer. Basta olhar para o Centro



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Escolar de Almeirim, quase concluído, a circular urbana, as obras que se pretende executar com a adesão às Águas do Ribatejo. Tudo isto são realidades. -----

Relativamente ao estabelecimento prisional, satisfaz-me saber que os valores agora atribuídos são diferentes, que a obra é uma realidade a curto prazo, e que Almeirim vai ficar em termos de população e negócios mais reforçada, com reflexo no mercado da habitação. -----

-----Interpelação-----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) » » Como o senhor Presidente diz sempre que eu ultrapasso o tempo, o meu tempo, gostaria de saber exactamente o tempo que tenho para intervir. Por acaso a minha colega de bancada estava a controlar com o relógio, fora o tempo que perdi, baralhada com as novas tecnologias. Gostaria de saber qual o tempo para poder cumprir escrupulosamente na próxima intervenção? -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » O período antes da ordem do dia, têm a duração de sessenta minutos. -----

Na sua intervenção, a senhora deputada, gastou onze minutos. O que é francamente desproporcional à representatividade do seu grupo. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) » » Gostava de saber o tempo exacto que temos para intervir? -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » O Grupo do Partido Socialista tem trinta minutos, o Grupo da CDU tem cerca de oito minutos, O MICA tem dez minutos e o PSD sete minutos. Como deve saber, não tem sido minha intenção espartilhar o funcionamento da Assembleia com os números nus e crus. Tento ser justo, e gerir com sensatez e democraticidade as assembleias. No entanto, há limites para tudo, claro! -----

Neste momento queria colocar à consideração do senhor Presidente da Câmara e do executivo, uma vez que foram interpolados, e que lhes foram postas questões concretas, se querem responder a algumas destas questões, neste momento? -----

PRESIDENTE DA CÂMARA » » Senhor Presidente, não é propriamente responder, mas gostava de fazer algumas considerações, porque a maior parte das coisa que aqui foram ditas, não são perguntas, são intervenções malévolas, que não falam toda a verdade, e pretendem denegrir tudo aquilo que os outros tem interesse em fazer e colocar à disposição das populações do nosso Concelho. Vou-me referir ao Centro Escolar das Fazendas, que na nossa Carta Educativa, e do primeiro estudo prévio, que corresponde à Carta Educativa, estava previsto a construção de oito salas do primeiro ciclo e três do pré-primário. Com as conversações que tivemos com a DREL, e atendendo que tínhamos fundos à nossa disposição, foi possível conseguir um



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

acordo para construir onze salas e três da pré-primária. Isto é, tem mais três salas do primeiro ciclo. No dizer do deputado João Lopes, o Centro Escolar de Fazendas de Almeirim é mais pequeno do que estava previsto, quando afinal este Centro Escolar, tem capacidade para albergar todos os alunos das Fazendas de Almeirim, o que vai permitir aproveitar as escolas que neste momento estão ocupadas para outros fins, que serão reconvertidas. Nós estamos no executivo para ouvir todo o género de considerações, embora não alterem nada a nossa estratégia e o nosso programa. Vamos continuar a fazer coisas bem-feitas, com o interesse de desenvolver mais o nosso Concelho. -----

Não vamos tomar posições, como as tomadas relativamente ao IC3, que teve noutras instâncias, voto contra, como o auto-estrada rosa, que não devia ter sido feita, onde o nosso Concelho foi prejudicado com isso. Hoje é atravessado com trânsito que a todos nós nos prejudica. Agora estão-se a preparar que seja construindo o Estabelecimento Prisional, que entretanto, no dia vinte e um, foi publicado no Diário da Republica, para surpresa minha, pois não contava que fosse, visto que tenho conhecimento de alguns documentos enviados pelo senhor Armindo Bento, para os mais variados membros do Governo, em que tenta denegrir a construção deste Estabelecimento Prisional e todos os que intervenham no processo. É evidente que o peso que aquele senhor tem junto do Governo, nunca me passou pela cabeça que a opção viesse a cair na mesma em Paço dos Negros. Afinal foi publicado no Diário da Republica do dia vinte e um, com um pormenor que eu próprio desconhecia, que é oficial e me foi comunicado por viva voz, tive conhecimento através de um telefonema que o Senhor Ministro da Justiça me fez na Terça-feira de manhã, antes de ir à Assembleia da Republica ser interpolado por indicação dos “VERDES”, esse grande partido político, que tem uma implantação Nacional muito grande, que poderá obstaculizar também a construção do estabelecimento Prisional. Este estabelecimento, que no passado estava previsto para cinquenta de euros, e que agora se elevou no seu custo base em cento e dez milhões de euros. Tudo isto tem uma justificação. É que sendo a prisão do Sousa Gomes, eu reivindiquei uma coisa decente para me albergar, não fazia a coisa por menos de cento e dez milhões de euros. É evidente que isto também me leva a tomar outra posição, que é cento e dez milhões de euros de investimento neste Concelho, tem ainda mais peso que os cinquenta milhões de euros inicialmente previstos. -----

Todas aquelas tentativas que fizerem para que não se construa o Estabelecimento Prisional em Paço dos Negros, terão de passar por cima do meu cadáver, porque eu farei tudo, mas tudo, e recorrerei a todos os meios, mas todos os meios, e quando



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

digo todos, é que não excluo nenhum, para que o estabelecimento prisional seja construído em Paço dos Negros. -----

Todos os movimentos que se fizerem, para evitar a construção do Estabelecimento Prisional, eu serão o primeiro a estar lá para o impedir. -----

Fiz a minha intervenção, e não vou responder a mais nada neste período. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» O Senhor Presidente da Câmara acabou de preparar um discurso para quando for candidato ao Portugal dos pequeninos. -----

Devo-lhe dizer que grande parte ficou aqui registada em acta, as ameaças... -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Peço desculpa á senhora Deputada Manuela Cunha, mas tenho de lhe pedir que eleve o discurso. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Normalmente o discurso deve ser nivelado...-

O que aconteceu, e que o senhor Presidente da Câmara, é que vêm para uma Assembleia, ameaçar que “recorria a todos os meios”, devo dizer-lhe que já estamos todos a tremer neste país. -----

Se a prisão for construída, haverá lá muita vaga. -----

É quase inacreditável! -----

Peço desculpa pelo tom e nível, mas foi para me colocar ao mesmo nível, de modo a não haver assimetrias no discurso. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dando continuidade aos trabalhos, vamos agora apreciar os votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar, que os grupos entenderem entregar. -----

Até agora deram entrada, dois votos de pesar em relação à morte do Escritor José Saramago, um subscrito pelo grupo do Partido Socialista, MICA e grupo do PPD/PSD, e um outro, subscrito pela bancada do Grupo da CDU. O outro voto de pesar apresentado pelo Presidente da Junta de Freguesia da Raposa sobre o falecimento de Firmino de Sousa Amaro. -----

Temos ainda uma Moção de apoio à construção do Estabelecimento Prisional, na freguesia de Fazendas de Almeirim, apresentado pelo grupo do PS. -----

Pegando em cada um destes documentos, começaria com o voto de pesar subscrito pelo PS, MICA e PSD, sobre a morte de José Saramago, e que diz o seguinte: -----

-----Voto de Pesar-----

A Assembleia Municipal de Almeirim expressa o seu pesar na morte de José Saramago, grande criador da língua portuguesa e expoente da nossa cultura que ampliou o inestimável património que a literatura representa. Era um homem que



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

acreditava em causas, nunca se esquivando das polémicas e defendendo intransigentemente as que considerava justas. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) » » Na Comissão de representantes, tinha-se pensado fazer um voto conjunto, subscrito por todas as bancadas, com a qual a CDU concordou. O Drº Marouço fez uma proposta de base, que ficou aberta a sugestões alternativas. A essa proposta houve uma sugestão da CDU, para a completa. Consideramos que o voto aqui apresentado, não contempla toda a dimensão do escritor José Saramago. -----

Por tudo isto, nós votaremos esta proposta, mas não deixaremos de apresentar o Voto da CDU. -----

Não se pode querer esvaziar o Escritor José Saramago do seu complemento ideológico. O José Saramago não seria o que é, nem teria escrito o que escreveu, se não pensasse o que pensava. -----

----- * **Votação do voto de Pesar pela morte de José Saramago:** Aprovado por unanimidade. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » Seguidamente, dou a conhecer o voto de pesar, subscrito pelo grupo da CDU. -----

-----Voto de Pesar-----

A Assembleia Municipal de Almeirim expressa o seu pesar pela morte de José Saramago, grande criador da língua portuguesa e expoente da nossa cultura que ampliou o inestimável património que a literatura representa. -----

A sua extensa e singular obra literária recolheu um reconhecimento internacional que o prémio Nobel traduziu e deu um valioso contributo para a divulgação e projecção da língua e da cultura portuguesa no Mundo. -----

José Saramago era um homem que acreditava em causas, nunca se esquivando a polémicas, defendia as que considerava justas e que contribuía para um Mundo que desejava justo e culto. -----

O Grupo da CDU. -----

----- * **Votação do voto de Pesar pela morte de José Saramago:** Aprovado por maioria com três votos a favor do Grupo da CDU. Dois votos contra do Grupo do PS. Treze abstenções do Grupo do PS, quatro abstenções do Grupo MICA e duas abstenções do Grupo do PPD/PSD. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

CARLOS MOTA (Grupo do PS) » » Gostava de referir que o voto de pesar pela morte do Escritor José Saramago foi consensualizado na Comissão de representantes, que faria o possível para que esse voto fosse o voto da Assembleia, e não um voto partidário. No decorrer dos dias que antecederam esta Assembleia, verificou-se que não seria possível, dado que a CDU entendia que devia acrescentar mais alguma coisa ao que tinha sido aceite pela maioria dos representantes. -----
Por fim, resta-me apenas dizer que em nada, mas rigorosamente nada, estou contra o texto apresentado pela CDU, mas em consciência não podia aprovar um voto do PS, MICA E PSD, e simultaneamente aprovar o da CDU. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) » » Gostaria que a minha declaração de voto, reflectisse nas minhas palavras, aquilo que o deputado Carlos Mota acabou de proferir. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) » » A CDU apresentou este voto, não para que existisse um segundo voto, mas porque o nosso texto não foi aceite pela restante maioria dos grupos políticos. A minha declaração de voto, é uma declaração de esclarecimento. -----
Tinha ficado em aberto sugestões para o texto, que o Senhor Presidente da Assembleia apresentou. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

VEIGA DIAS (Grupo do PS) » » Dizer apenas que votei contra este voto apresentado pelo Grupo da CDU, porque o texto apresentado, na minha convicção, o mesmo tem alguma conotação política. Entendi, desde do primeiro momento que não deveria estar subjacente em qualquer voto, muito menos este que devia ser uma questão pacífica, isto é, um voto de toda a Assembleia. Como não foi isto o que estive no voto da CDU, votei contra. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » Lamentando que não tivéssemos conseguido ser uma única voz em relação a este ponto, vamos passar ao seguinte. -----
Tratasse de um voto de pesar apresentado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Raposa, em relação ao falecimento de Firmino Sousa Amaro, e que diz o seguinte: -----

-----Voto de Pesar-----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

No passado dia trinta de Maio o Concelho de Almeirim foi surpreendido com a notícia do falecimento de Firmino de Sousa Amaro, mesmo não sendo Almeirinese, podemos considerá-lo como tal, pois nasceu na Freguesia do Pego, Concelho de Abrantes, tendo vindo residir para Almeirim apenas com nove anos de idade. -----

Recordamos então, neste voto de pesar o ilustre homem que dedicou parte da sua vida às causas desportivas, fazendo parte de Direcções do União Futebol Clube de Almeirim, sendo treinador de futebol em todos os escalões e jogando futebol até ao fatídico dia treze de Setembro de dois mil e seis, dia em que sofreu um ataque cardíaco, enquanto disputava um jogo de futebol pela equipa do Grupo de Futebol dos funcionários da Câmara Municipal de Almeirim, em Bruxelas. -----

Seguiram-se momentos difíceis que só conseguiram superar à quarta tentativa de reanimação por parte dos paramédicos. Não quis o destino que a sua vida terminasse neste dia., mas sim passados sensivelmente quarenta e quatro meses e meio. Fez também parte de direcções dos Bombeiros Voluntários de Almeirim e colaborou em muitas causas sociais e culturais no concelho. -----

Foi funcionário da Câmara Municipal de Almeirim, foi encarregado dos Serviços de obras da Câmara, mais de uma década e é nestes serviços que eu como autarca distingo Firmino de Sousa Amaro, porque era competente, amigo do amigo e foram muitos os serviços e obras feitas, na Freguesia de Raposa com o seu cunho, os munícipes da Raposa vão lembrar sempre este Homem. -----

Pessoa frontal, mas de trato fácil, Firmino de Sousa Amaro deve constituir exemplo para todos nós, pela forma como abraçou as causas nas quais acreditava e sobretudo, pela forma como amou Almeirim. -----

Por tudo isto, como cidadão e representante da Freguesia de Raposa, proponho um voto de pesar a Firmino de Sousa Amaro. -----

Assembleia Municipal de Almeirim, vinte e cinco de Junho de dois mil e dez. -----

----- * **Votação do voto de pesar pelo falecimento de Firmino de Sousa Amaro:**

Aprovado por unanimidade. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos à apreciação da Moção de apoio à construção do Estabelecimento Prisional em Paço dos Negros, subscrita pelo Grupo do PS. -----

-----Moção-----

Considerando que o Governo através da sua resolução quarenta e cinco barra dois mil e dez deu poderes ao Ministério da Justiça para construir o Estabelecimento Prisional do Vale do Tejo, na Freguesia de Fazendas de Almeirim; -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Considerando que se tratará de um estabelecimento prisional moderno, com capacidade de resposta global e integrada aos novos desafios que se colocam no âmbito da execução de penas e medidas privativas de liberdade;

Considerando que o valor base da empreitada de concepção, construção do estabelecimento poderá atingir os cento e dez milhões de euros, investimento absolutamente invulgar numa obra pública e por certo geradora de desenvolvimento económico e social no Concelho. -----

Considerando que dadas as características e momentos do investimento se trata de uma infra-estrutura da Justiça que ultrapassa o âmbito Local e Regional para um nível Nacional e portanto geradora de movimento de pessoas e bens com desenvolvimento associado; -----

Considerando que, qualquer que seja a sua localização, a compensação do arranque de sobreiros que vier a acontecer, tem sido e continuará a ser amplamente cumprida pela Junta de Freguesia; -----

Considerando que a única força política que defendia a construção do estabelecimento prisional na Freguesia de Fazendas, obteve da população da Freguesia uma clara aprovação expressa no voto que atingiu cinquenta e sete virgula nove por cento dos votos expressos nas Eleições de onze de Outubro; -----

Considerando ilegítimo que qualquer movimento baseado em outros interesses políticos ou de outra ordem venha a prejudicar um investimento desejado por todos os autarcas a nível do País e na nossa região, também desejada por alguns autarcas vizinhos, vejamos Alpiarça e a Chamusca, tendo em conta o interesse supra-municipal já referido; -----

Considerando que por tudo o que foi dito, teremos a certeza de comungar da vontade da esmagadora maioria da população do nosso Concelho; -----

O Grupo do Partido Socialista na assembleia Municipal declara-se favorável à Construção do Estabelecimento Prisional do Vale do Tejo na Freguesia de Fazendas de Almeirim, dispondo-se a usar de todos os meios para viabilizar tal construção, disto dando conhecimento à Assembleia da República e ao senhor Ministro da Justiça e manifesta o propósito de publicar esta moção na comunicação social, Regional e Nacional; -----

Mais propõe que seja votada esta moção para que se possa associar o grupo da assembleia que a isso se dispuser. -----

Assembleia Municipal de Almeirim, aos vinte e cinco dias de Junho de dois mil e dez.



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Coloco à discussão a Moção, pelo que a mesa passa neste momento a aceitar as respectivas inscrições. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Dado que se trata de uma Moção de apoio ao Estabelecimento Prisional, devo comentar um pouco do que tem sido a posição do PSD, e porque é que o PSD tem sido contra este projecto. -----

Do ponto de vista ambiental, é negativo, por causa do abate de sobreiros. Recordo que houve uma visita há alguns meses atrás, por um deputado do PSD, às instalações tendo verificado no local, situações de abate, conjuntamente com alguns populares. Causa alguma estranheza, o senhor Ministro ter dito que não necessitam de qualquer estudo do ponto de vista do impacto ambiental. Não concordamos com ele. -----

Independentemente dos juízos de valor que se possam fazer é um facto que nas proximidades das cadeias os valores dos imóveis tipicamente não valorizam tanto. ---- Trata-se da transferência de uma cadeia já existente, o Estabelecimento Prisional de Lisboa, tendo o mesmo número de reclusos e funcionários pelo que não cria emprego a curto prazo. -----

Não proporciona benefícios directos para a população. A venda de produtos à cadeia é uma mentira. Já antes o PSD tinha informado desse facto. Existem populares que dizem que vai haver um hospital, nas instalações, e que toda a gente lá pode ir, isso também não é verdade. -----

Relativamente ao comercio das zonas circundantes, as vendas pouco mais aumentarão, excepto a venda de lâminas da barba e tabaco, que é o que tipicamente as famílias levam para as visitas. -----

Um estabelecimento destes tem de ter contrapartidas, que não existem. Para o EPLVT virão setecentos funcionários, se todos eles no futuro vierem a residir para o Concelho de Almeirim, tal implica cerca de dois mil habitantes a mais. Um crescimento deste género, é fácil de perceber, implica investimentos em infra-estruturas, ora temos as escolas e centros escolares já construídos, completamente lotados no topo das capacidades, e no caso das Fazendas de Almeirim, até um pouco para lá das suas capacidades, as estradas que existem de acesso ao Estabelecimento Prisional, não são suficientes, e se houver mais população, tem de haver ainda mais infra-estruturas rodoviárias. Não há ordenamento do território adequado na Freguesia de Fazendas de Almeirim. O Centro de saúde de Fazendas ainda conta apenas e tão só, com um médico, logo não há capacidade para responder a mais população. Tendo em conta tudo isto, seremos sempre contra este Estabelecimento, nos moldes em que foi negociado. Por tudo o referido vamos votar contra esta Moção. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

RUI PIRES (Grupo do PS) »» A ser um dos subscritores desta Moção de Apoio, concordo com tudo o que está nela escrito. Como anteriormente disse, o que interessa é o futuro. Levantar objecções, algumas delas que ninguém ouviu. Questões palpáveis que não existem, são meras suposições, e dizer que um Estabelecimento Prisional daquela dimensão, só serve para vender tabaco e lâminas. Então é bom que as pessoas pensem antes de falarem, e visitem Alcoentre, para verem como era antes, e como está actualmente. Visitar Coimbra, e perguntar se os seus Municípios querem que sai de lá a sua prisão? Se em Grândola estão dispostos a deixarem de ter a sua prisão? -----

Só no nosso Concelho, e porque se decidiu fazer uma prisão, se levanta estas objecções que ouvimos. -----

A questão é muito simples, se fossem os outros senhores a decidir e a fazer, estava certa a sua construção. -----

Felizmente ou infelizmente, foi o Governo de Sócrates. Sobre a defesa dos sobreiros, nunca vi aqueles deputados se levantarem pelo abate de árvores de grande porte, na herdade de Portucale. O PS foi falar com a população, e ouviu várias pessoas de idade, que passaram a vida a tirar cortiça, dizer que aqueles sobreiros, a maior parte deles, não tem condições para a produção de cortiça, e o que produzem é só refugo. – Nós, grupo do PS, defensores da construção da prisão na freguesia de Fazendas de Almeirim, lutamos para que seja feita, para o bem das populações. Gostava de saber onde é que está o investimento de cento e dez milhões de euros noutra coisa que não seja a Prisão? -----

É por tudo isto que o Grupo do Partido Socialista, que desde o primeiro dia e hora tem defendido a construção desta prisão, e tem apoiado, não só a atitude do senhor Presidente da Câmara, mas também do Presidente da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim. -----

Por tudo isto, estamos convencido que se trata de mais-valia para o nosso Concelho. Estamos com o executivo da Junta e da Câmara, e com o senhor Ministro da Justiça, a quem vamos dar força para avançar definitivamente com a Prisão. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Por parte da CDU, queremos deixar bem claro que desde do primeiro dia que eu fiz a pergunta numa reunião de Câmara, sobre se era verdade ou não que vinha para Almeirim uma prisão e que me foi facto me ocultado, nessa reunião de Câmara (está em acta), ficou claro que todo estes processo, esteve sempre rodeado de secretismo. -----

Afinal, coisa tão boa, porquê tão secreta? -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Desde esse primeiro dia, e pela não resposta, devo dizer que a CDU determinou o seguinte. A CDU admitiu discutir a vinda da prisão para este Concelho ou para qualquer outro do Distrito, porque as infra-estruturas tem de ser colocadas em algum sítio, mas na Herdade dos Gagos não. Ali não! -----

O nosso “ali não!”, tem justamente a ver com o que o senhor deputado anteriormente falou: “com o futuro”. É em nome do futuro que a CDU assumiu que “ali não!”. Porque qualquer infra-estrutura de grande dimensão tem impacto. A sua colocação tem de atender a vários factores, para vir ajudar a resolver problemas, e não a ser um problema em si. -----

Esses factores, para além dos impactos ambientais da infra-estrutura deve ainda atender a que o local tenha as características necessárias às funções que essa infra-estrutura pretende assumir. -----

Neste caso, qualquer pessoa de bom senso, que conhece a Herdade dos Gagos, que percebe realmente de sobreiros e de cortiça, realmente verá e saberá que ali não é o local indicado. -----

Nunca ninguém viu uma prisão no meio de uma mata. Aliás, o Senhor Ministro, continua enganado por outros, a dizer que só vão tocar em dez hectares de sobreiros, como se á volta dos edifícios prisionais se ia manter sobreiros, para os reclusos jogarem á escondidas, ou terem sombra nos dias de calor. Tínhamos uma nova versão da canção de Grândola, “à sombra de um sobreiro”, na Prisão do Gagos. -----

Não vamos repetir tudo o que já foi dito neste Concelho. Os sobreiros têm um papel no futuro, tanto do ponto de vista ambiental, como do ponto de vista económico, necessários a todos. Por isso, a CDU em nome do bom senso, em nome do ambiente e do desenvolvimento do nosso Concelho vai votar contra esta Moção. -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) » » É uma pena que mesmo tendo realizado a nossa reunião da Comissão Permanente, depois do prazo regulamentar, como foi admitido naquela reunião da Comissão, nem todos os pontos que fazem parte da Assembleia tivessem lá sido apresentados, como é o caso desta Moção, que não é surpresa para ninguém, nem a vossa, nem a nossa posição. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » Senhor deputado Aquilino, esta Moção não faz parte da Ordem de Trabalhos. -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) » » Como todos sabemos, o Conselho de Ministros autorizou a abertura de um novo concurso para a Prisão de Lisboa e Vale do Tejo. Não definiu ainda a sua localização, tendo no dia vinte e um de Junho sido publicado uma resolução, em que indica como localização, a Freguesia de fazendas



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

de Almeirim, mas também no seu ponto seis, reconhece o interesse público da empreitada de concepção, construção de infra-estruturas do Estabelecimento Prisional do Vale do Tejo, considerando as condicionantes, nomeadamente para efeitos de abate, a transplantação de elementos florestais existentes no local da sua execução. Como se sabe, dois acórdãos do Supremo Tribunal administrativo de cinco de Outubro de dois mil e nove e acórdão do mesmo Tribunal de vinte e seis de Maio de dois mil e dez, este proibiu o corte de sobreiros na Herdade dos Gagos, logo para a prisão, tem-se de escolher outro local alternativo. -----

O Senhor Presidente sabe que as informações que foram dadas ao Senhor Ministro da Justiça, quando ele referiu que só iriam ser abatidos dez hectares de sobreiros na Herdade dos Gagos, não correspondem minimamente à verdade. Sabemos que a suspensão do PDM, foi de sessenta e seis vírgula sete hectares. Alguma informação não está a chegar de forma correcta aos órgãos que estão a tomar decisões. Como confiamos nas palavras do Senhor Ministro da Justiça, que informou na Assembleia da Republica que cumpria a Lei e fazia cumprir a Lei. Acreditamos que os homens sérios e honrados conseguirão levar a verdade e a justiça aos Tribunais e à Assembleia da Republica, onde todos os partidos foram contra as ilegalidades, logo contra a localização onde ilegalmente está a ser imposto o novo estabelecimento prisional. -----

Pode ter a certeza, Senhor Presidente, os seus cinquenta e sete por cento de maioria, dão-lhe toda a legitimidade para tentar prosseguir com o seus intentos, com os quarenta e dois por cento da oposição, em prosseguir com os seus, que é o interesse das populações. Quando o Senhor considera que é ilegítimo qualquer movimento baseado em outros interesses políticos... prossigam com os seus intentos...pois nós temos toda a legitimidade em defender os nossos interesses. Estes quarenta e dois por cento de oposição, vão agir com todas as suas forças e meios legais para que esta prisão não seja construída. -----

Dos vários considerandos, há um que me chama à atenção “geradora de desenvolvimento económico e social no Concelho”. Permita-me senhor Presidente da Assembleia que me dirija às duas recentes chegadas ao Executivo, as nossas duas queridas Vereadoras, por quem tenho muita admiração e respeito, tendo em conta o tempo que as conheço, que apelo ao seu bom senso e à sua formação profissional. Sabemos que são professoras de formação, que agiram sempre no zelo do seu profissionalismo e que com certeza, foram a gentes educadores das crianças que estiveram ao seu encargo. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Senhoras Vereadoras, estou a falar convosco, se poderem respeitar-me um pouco, gostaria que me ouvissem, podem discordar...-----

Pedi licença ao Senhor Presidente da Assembleia para me dirigir às senhoras Vereadoras... -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Meus senhores, desculpem, peço ordem e silêncio na Assembleia. -----

Ao senhor deputado Aquilino, peço que seja breve. -----

Conclua a sua intervenção. -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) »» Não faz sentido actuar junto de crianças para que elas sejam bons cidadãos, que sejam alheios às infracções. Às injustiças, às ilegalidades e paralelamente pactuar cm esta intenção de colocar uma prisão, com o objectivo que é um “agente de desenvolvimento”. -----

Se as Senhoras contribuírem para que não haja ilegalidades na formação das vossas crianças, então vamos acabar com as prisões. Pelo contrario, se nós temos mais prisões, e tendo em conta que as prisões são agentes de desenvolvimento económico e social, o desejável seria que tivéssemos uma prisão por cada localidade. Ou as senhoras não têm feito o vosso trabalho, ou então não estão a ser justas com a vossa opinião em relação a este assunto. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Senhor deputado Aquilino, por um lado acho que se excedeu ao dirigir-se da forma como o fez, directamente às Senhoras Vereadoras, por outro lado tenho a dizer-lhe que a sua posição é de certa maneira xenófoba e chantagista, que não tendo cabimento numa assembleia deste nível. -----

Esta é a interpretação que o Presidente da Assembleia faz. Se estou a ser injusto, peço-lhe desculpa, no entanto foi o que entendi. -----

PRESIDENTE DA JUNTA DE FAZENDAS »» Boa noite a todos. Penso que a construção do Estabelecimento Prisional é um facto irreversível. -----

Seria mais fácil que alguns deputados assumissem que são contra o Presidente da Câmara de Almeirim e Presidente da Junta de Fazendas. Tinham o discurso mais facilitado. Ainda assim, não sei porque deste esforço, pois como sabem, daqui a pouco mais de três anos vamos embora. -----

Gostaria de rebater algumas inverdades. A venda de produtos indirectamente, não fomos nós que dissemos, foi na reunião com o Senhor Moita Flores, e com as cartas anónimas que foram distribuídas à população de marianos. O que nós dissemos, é que eventualmente, sendo a zona de paço dos Negros onde há muitos produtos



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

agrícolas, onde está a Hortopaços... que esses produtos seriam concentrados numa cooperativa que podia eventualmente vender para o Estabelecimento. -----

Sobre a existência do Hospital, também sabemos que nessa mesma reunião, foi lá dito ... o que nós dissemos e elucidamos as pessoas, é que eventualmente a assistência médica prestada no estabelecimento prisional, poderia eventualmente ser alargada à população de marianos. Ninguém falou em haver um Hospital dentro da Prisão. Por fim, tenho pena que a prisão de chame Sousa Gomes, pois sou Presidente das Fazendas de Almeirim, e não tenho essa honra. -----

Sobre o abate de sobreiros, nós pedimos sempre autorização à Direcção Geral de Florestas para abater uma árvore que seja, sempre que a mesma seca. No fim de estarmos autorizados, e a árvore identificada e marcada é que procedemos ao abate.

Numa notícia publicada e exibida na TVI, foi dito que foram abatidos mil e quatrocentos sobreiros na Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim, por ordem do Senhor Presidente. Esta notícia passou na TVI. O que não deixa de ser curioso, é que os mesmos senhores, passado algum tempo o procuraram, fazer passar esta mensagem na SIC, mas esta estação sendo mais séria, teve a hombridade de telefonar ao Senhor Presidente da Câmara, a dizer que se ia passar, eu nessa altura com mais algumas pessoas fui ao local. A filmagem já estava preparada outra vez, junto ao sobreiro centenário. Como nós aparecemos, alguém apareceu muito aflito. Afinal não é aí. Então fomos para o local do Estabelecimento Prisional. Se nós não aparecêssemos lá, tinha sido distorcida, mais uma vez verdade. -----

----- * **Votação da Moção de apoio à Construção do Estabelecimento Prisional em Paço dos Negros:** Aprovado por maioria com quinze votos a favor do Grupo do PS, Quatro votos contra do Grupo MICA, Três votos Contra do Grupo da CDU e dois votos contra do Grupo do PPD/PSD. -----

-----ORDEM DO DIA-----

----- (alínea E do número um do artigo quarto do Regimento) -----

PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO, A, BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO DO



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos entrar no primeiro ponto da Ordem do Dia. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Senhor Presidente da Assembleia, antes de entrar no Período da Ordem do Dia, pedia-lhe o favor de aceitar a nossa proposta de retirar o ponto cinco da Ordem de Trabalhos, visto que há alguns elementos que se devem juntar ainda à proposta, e que terá que vir na Assembleia de Setembro, e também para que se faça a votação e aprovação por minuta do ponto dois, três e quatro. Obrigado. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Sendo assim, se não se importam, vamos começar por votar a retirada do ponto cinco da Ordem de trabalhos. -----

----- * **Votação da retirada do Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos:** Aprovado por unanimidade. -----

PEDRO RAMOS (Grupo da CDU) »» Vou tecer algumas considerações e fazer algumas perguntas sobre esta informação escrita. -----

Vou começar por situações que vêm aqui, “continuação da construção dos trabalhos da Casa Mortuária de Marianos”, gostava de perguntar ao Senhor Presidente quanto tempo pode levar uma construção deste género de edifício. Eu explico-lhe porque é que faço esta pergunta. Na informação escrita de Dezembro de dois mil e nove, já dizia que os trabalhos estavam em grande ritmo. Penso que uma casa mortuária, não é o tipo de construção que leva quase um ano a fazer. O que me parece que é um pouco extenso e exagerado a sua construção. -----

Depois diz mais o seguinte:”temos tido uma acção contínua na recuperação das casas degradadas de pessoas pobres”. Nós somos favoráveis a estas acções, mas gostávamos que fosse acompanhada de um documento que diga quais as casas objecto dessa intervenção. Sobre a ETAR de Almeirim/Alpiarça – “está em construção”. Este é outro assunto que merece todo o nosso apoio, mas, mais uma vez tudo vai ser canalizado para a vala de Almeirim. Penso que devia ter sido feito um estudo. Depois, os processos jurídicos. Lembro-me que em certa altura fiz uma intervenção na qual disse que podia esperar sentado para não ganhar varizes, porque até essa altura nunca tinha havido referência a nenhum. Dessa data para agora começou a aparecer especificado, processos jurídicos em andamento, mas nós olhamos para isto e não sabemos do que se trata. Penso que este item, devia vir documento. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Sobre as participações da Câmara, nas entidades, gostava que viesse acompanhado de documentação, para saber o que se tem passado dentro destes organismos. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) » » Gostaria de fazer dois comentários. Um deles fazia-o com uma imagem. Tem a ver com as intervenções que estão a ser feitas no Pavilhão Desportivo. Tinha lá sido colocado um cartaz, que dizia o seguinte: "Prazo previsto de conclusão: Primeiro semestre de dois mil e dez". Como sempre ouvi dizer que o tempo é dinheiro, só queria deixar esta consideração. A informação é muita, mas nunca são explicados os atrasos nas obras. -----

Segunda questão, sobre o Centro Escolar de Fazendas de Almeirim. Então porque é que não vem completa, a dizer que está em discussão pública a questão dos terrenos do Centro Escolar? Isso é que seria bom. Vinha a informação completa a todos os membros. O anúncio do D.R., sobre a alteração da carta urbanística não está aqui.

Queria deixar, para conhecimento de todos os Deputados Municipais, que o que se passa com o Centro Escolar das Fazendas, é simplesmente escandaloso, que como ex vereadora, quero informar os restantes membros desta Assembleia, nunca chegou informação alguma, às reuniões do anterior executivo sobre o facto do Centro Escolar assentar sobre terrenos classificados, não Edificando de RAN e REN. -----

A CDU, sempre assumiu que aquela rua não era adequada para localizar o Centro Escolar, pois não tem largura suficiente para estacionamento, e também porque o formato do terreno era esquisito. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) » » Relativamente a esta informação escrita, quero começar pelo habitual, a falta da informação detalhada dos processos judiciais conforme a Lei estipula. -----

As contas das empresas nas quais o Município participa também não são fornecidas, nem a informação aqui nem em anexo. -----

Ainda sobre esta falta de informação, e como somos órgão fiscalizador, temos de fiscalizar a acção da Câmara, também consegui apurar alguns valores, para satisfazer a curiosidade de alguns deputados. A ECOLEZIRIA apresentou em dois mil e nove um total activo de três virgula cinco milhões de euros e de capitais próprios quatrocentos mil euros. Tem vendas e prestações de serviços de vinte e dois milhões de euros, e teve um resultado líquido de duzentos mil euros. Já que mais nenhuma informação nos é dada por quem de direito, pelo menos que os Senhores Deputados possam partilhar comigo desta informação. -----

Não se sabe com está a versão final do relatório da IGAL. -----

Não há nada que nos aponte para o cumprimento da Lei sobre os parques infantis. ----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Passando para as contas do Município quero-lhes dizer que fiquei agradavelmente surpreendido por ver uma situação de equilíbrio orçamental. -----

Para terminar, frisar que não está aqui nenhuma informação sobre o Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, mas não deixa de ser curioso que o que aqui vem sobre o assunto, é que está a ser elaborado um projecto de alteração para transformação da sala inicial de leitura em sala biblioteca. Há algumas sessões atrás o senhor Presidente do Município disse ao Deputado Luiz Inês que não recebia lições de ordenamento do território de ninguém. Nós concordamos com a afirmação e acrescentamos que é por isso mesmo que a situação do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim está como está. -----

VEIGA DIAS (Grupo do PS) »» Relativamente a toda esta descrição de obras e actividades desenvolvidas no Concelho de Almeirim, realça-se e salienta-se desde logo a obra do Centro Escolar de Almeirim, diversas actividades de índole cultural, desportivo e lazer, levadas a cabo nos mais diversos lugares do Concelho. Dizer também que ao nível do desporto, o inicio das obras junto ao Pavilhão Desportivo, com vista à sua requalificação total. Em termos de recuperação das casas degradadas, é uma actividade que está prevista e tem vindo a ser desenvolvida com sucesso. São trabalhos de relevo e importância para os menos afortunados. Relativamente às contas, fazendo um exercício de memória, e para quem gosta de falar de números, é de realçar, que comparativamente com as contas do ano anterior, em termos de despesa corrente, uma evolução de duzentos e vinte mil euros. Em termos de despesa de capital, para quem não sabe estamos a falar de investimento, temos um aumento de dois mil e setecentos mil euros. É um claro sinal que o Município se preocupa em investir e desenvolver o Concelho. -----

FERNANDO VIDEIRA (Grupo do MICA) »» Sobre a informação escrita, e à semelhança do que tenho referido em reuniões anteriores, dou sempre especial atenção à questão dos fornecedores, pelo impacto que o saldo desta rubrica tem em termos de economia local. Se é verdade, e é positivo, que tenha havido uma redução substancial relativamente à última informação escrita, continua do meu ponto de vista a não ser cumprido o estipulado legalmente, isto é, o estado detalhado dessas dívidas Estado, entende-se por prazos, porque é uma questão vital. O saldo pode ter diminuído se os prazos alargarem...naturalmente que a informação é escassa nessa matéria. O mesmo se passa com as responsabilidades do Município com as entidades que não são aqui indicadas. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Uma das primeiras questões que foi aqui levantada, foi a da casa mortuária de Marianos. Tem demorado mais tempo na sua construção porque ela está apensa à construção da Capela de Marianos, que a Comissão aproveitou para fazer em paralelo com a casa mortuária, daí o facto do seu prazo de conclusão estar condicionado. Tem previsto a sua inauguração para doze de Setembro. -----

Em relação à ETAR de Almeirim/Alpiarça, logicamente que os esgotos não podiam ser enviados para outra linha de água, que não seja a Vala de Alpiarça, pois não há alternativa. Sobre as casas sociais e respectivos arranjos, tem tido uma maior incidência, sobretudo no bairro São João Batista, bairro ANCOFA, mas os pormenores com a identificação das pessoas que normalmente nos pedem ajuda, os senhores Vereadores de cada um dos Grupo Políticos tem essa indicação, porque isso passa pelas reuniões de Câmara. Sobre o prazo da obra do Parque Desportivo Municipal, é evidente que o prazo previsto, que estava afixado no cartaz, que entretanto se retirou, era o prazo previsto em função do projecto e da sua candidatura. Candidatura essa que tem demorado muito mais do que era inicialmente previsto. A obra arrancou com sob a responsabilidade da Câmara, para que logo que seja aprovada a candidatura já está em execução. Sobre os terrenos do Centro Escolar das Fazendas, não é RAN nem REN, a obra está parada por iniciativa minha, para alteração da sala de leitura em sala de biblioteca, e que resulta de diligências que a senhora Vereadora da Educação tem feito junto da rede de bibliotecas públicas para que naquele Centro Escolar, haja a possibilidade de integrar a rede. É evidente que a rede exige dimensões diferentes do que estava inicialmente previsto e projectado, daí se fazer um projecto de alterações. Em relação aos processos judiciais, a indicação que está na informação escrita, devia vir mais detalhada, sobretudo a razão destes dois processos estarem a decorrer em Tribunal. Não são mais que dois processos de pessoas a quem compramos parcelas de terreno, pagamos, e fizemos o contra de promessa de compra e venda. No entanto, essas pessoas não entregaram os elementos necessários para se fazer a escritura e fazer o acto final de compra do terreno, daí o facto, estar em processo judicial. -----

É curioso que a oposição não fez uma análise que justificava que fizesse, na medida em que incidiria sobre as condições financeiras que a Câmara está a viver. Eu posso fazer esse exercício, que a oposição não fez, que era comparar os elementos que são inseridos nesta informação escrita, com os elementos que foram inseridos em Julho de dois mil e nove. Isto é, a mesma data do ano anterior. Se o tivessem feito, tinham verificado que a Câmara teve receitas correntes até agora, um défice de um milhão e



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

oitocentos e vinte mil duzentos e vinte cinco euros. Quer dizer, a Câmara neste período recebeu menos esta quantia. Se tivessem feito também a comparação com o ano anterior. As despesas correntes tinham verificado que a Câmara poupou trezentos e trinta e cinco mil quinhentos e quarenta e sete euros. Isto é, a gestão de contenção que somos obrigados a levar a efeito, porque como sabem, por força do PEC, de Julho e até ao fim do ano, a Câmara de Almeirim foi penalizada em duzentos e cinquenta mil euros. Vai descontar nas transferências do Orçamento de Estado. Vai também pagar uma taxa para o Serviço Nacional de Saúde. -----

Só conseguimos suportar a quebra da receita e os pagamentos destes cortes por força do PEC, se pouparmos! Mesmo poupando, aumentamos o investimento em um milhões seiscentos e sessenta e dois mil quinhentos e cinquenta e cinco euros. Isto é que é gerir uma Câmara nas circunstâncias que estamos a viver. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Tinha gostado que o Senhor Presidente explicasse porque é que aquelas pessoas têm processos em Tribunal...que contasse a história..isso é que era interessante... mas enfim, não me cabe a mim o papel de contar. -----

PONTO DOIS - APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO BANCÁRIO ATÉ CENTO E NOVENTA E TRÊS MIL E QUINHENTOS EUROS, PARA COMPRA DA PARCELA DE TERRENO PARA A CIRCULAR URBANA, AO BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO (MINUTA DO CONTRATO), DE ACORDO COM O PREVISTO NA ALÍNEA D) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» O ponto dois, quer-se que seja aprovado por minuta. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Gostava de colocar duas questões relativamente a este assunto. -----

Gostava de saber qual a área que estamos a adquirir, que está subjacente à contratação do empréstimo. -----

Gostava que nos confirmasse se o endividamento das entidades participadas pelo Município está incluído na proporção da participação do Município, de acordo com a Lei dois de dois mil e sete, Lei do financiamento das autarquias. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Em relação à primeira pergunta, eu peço ao senhor Deputado que consulte as actas da Câmara, que são enviadas à Assembleia, pois não tenho presente o valor exacto da área. -----

Em relação à segunda questão, não percebi! -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» No caso da CIMLT, por exemplo, ter passivos bancários, a sua parte proporcional teria de ser incorporada. A minha questão, é relativa a entidades nas quais o Município fosse eventualmente obrigado a fazê-lo se ele está considerado nestes cálculos que nos são apresentados. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA»» Trata-se de um movimento contabilístico, e a contabilidade é que determina a capacidade de endividamento, tendo em conta as dívidas das entidades participadas e que a Câmara tem obrigações de incluir nas suas dívidas. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» dado que não se inscreveu na altura certa, vou-lhe dar a palavra excepcionalmente. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Quer o Senhor Presidente dizer que aqui está incluída a dívida da CIMLT que está em Tribunal? -----

----- * **Votação da proposta da Câmara Municipal para contratação de um empréstimo bancário até cento e noventa e três mil e quinhentos euros**” ao Banco Português de Investimento para compra da parcela de terreno para a Circular Urbana (minuta do contrato).”: Aprovado por unanimidade. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

PEDRO RAMOS (Grupo da CDU) »» Em relação a esta proposta, a CDU quer desde já deixar claro que votou favoravelmente fazendo fé na informação contida nos documentos entregues com a proposta. -----

No entanto questionamos se é moral contrair empréstimos para obras, que depois de concluídas há mais de meio ano não são abertas ao público e continuam por utilizar!! Ou outras que depois de feitas são partidas várias vezes, como a CDU já aqui hoje recordou... -----

PONTO TRÊS – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADAPTAÇÃO DO PDM DE ALMEIRIM AO PROT (PLANO REGIONAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO), CONFORME ESTABELECIDO SUPERIORMENTE. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA CÂMARA » » Este ponto não é da autoria do executivo municipal, e não podemos juntar a estes elementos, nada que fosse a nossa opinião, pois se fosse esses o caso, fazíamos muitas alterações. -----

Isto é uma adaptação por força da Lei, por orientações superiores. Uma adaptação às normas que constam do PROT do Oeste e Vale do Tejo. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) » » É solicitado uma aprovação que terá de ser feita. No entanto a CDU vai-se abster neste pedido como forma de protesto. Durante todo o período que o PROT esteve em elaboração, discussão, e em debate, nunca foi dado nenhuma informação à Assembleia. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) » » Vi com atenção estes documentos, e o que se pude depreender, é que existem algumas situações que são referidas directamente na aprovação do PROT de incompatibilidades dos vários PDM's por este abrangidos, e que essas mesmas incompatibilidades são apontadas directamente pelo legislador, para que seja mais fácil fazer a correcção e integração das mesmas. -----

No caso de Almeirim, são apontadas algumas situações que passam a ser incongruentes por isso é lógico que terão que ser alteradas para ficarem em conformidade com a Lei e estamos de acordo com isso. A dúvida que eu tenho é a seguinte; a proposta que temos aqui para alteração do artigo seis, altera os pontos nove e onze, mas não o oito e o dez. Se estes também são incongruentes, de acordo com o disposto no PROT, não percebo sinceramente qual o motivo para se alterar apenas dois e não os quatro. Gostava de ser esclarecido relativamente a isto. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA » » Não é forçoso que altere todos, só tem que alterar os que contrariam as normas do PROT. -----

----- * **Votação da proposta de adaptação do PDM ao PROT**": DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA, com quinze votos a favor do Grupo do PS. Quatro abstenções do Grupo MICA, Três Abstenções do Grupo da CDU e duas abstenções do Grupo do PPD/PSD, a "**proposta de adaptação do PDM de Almeirim ao PROT** (Plano Regional do Ordenamento do Território). -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) O PSD concorda com a reposição da legalidade, dado que passaram a haver algumas incongruências entre o PDM e o PROT com a aprovação deste, mas abstivemo-nos porque não obtivemos resposta às nossas questões, pois se são apontadas quatro incongruências, esperávamos ver aqui quatro e não duas alterações. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

DECLARAÇÃO DE VOTO

(Artigo trigésimo sétimo, do Regimento)

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) » » Como protesto, e por nos termos negado a participar na aprovação do PROT e PDM, que frequentemente não é respeitado, abstivemo-nos nesta votação. A nossa abstenção nunca pode ser interpretada como uma indiferença pelos mecanismos reguladores, mas sim como um protesto pela forma como o Executivo e a maioria do PS suspendeu o PDM de Almeirim, onde o PROT não se vê.

PONTO QUATRO - APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA A ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO NA ÁREA DE SEGUROS, E SUA REPARTIÇÃO DE DESPESA PELOS ANOS SEQUINTE, DE ACORDO COM O ESTIPULADO NO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO.

PRESIDENTE DA CÂMARA » » A proposta que é feita à Assembleia e acompanhada de um levantamento exaustivo dos bens e pessoas sujeitas a este concurso. Este concurso pretende ser lançado pela CIMLT, para obtenção de economias de escala. Mas, pelo seu valor, justificasse a sua repartição pelos anos seguintes, No fundo é uma alteração ao PPI, que entretanto tinha sido aprovado pela Assembleia, e que agora está repartido pelos anos seguintes. Os valores que serão inscritos em dois mil e dez, dois mil e onze, dois mil e doze e dois mil e treze, no fundo pede-se a aprovação à Assembleia para que a repartição de custos, que resulta de valores estimados do concurso que a CIMLT vai fazer para todos os Municípios, para obtenção de economias de escala.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » Estão abertas as inscrições para este ponto da ordem de trabalhos.

PEDRO RAMOS (Grupo da CDU) » » Em relação ao documento aqui apresentado, a CDU tem algumas considerações a fazer. Gostaríamos de saber se em relação ao concurso realizado no anterior mandato sobre esta matéria, se há diferença de custos para Almeirim e que situações estão agora abrangidas?

É que não podemos esquecer que a Câmara Municipal de Almeirim, apresentou um elevado número de faltas de trabalhadores por acidentes de trabalho, que em tempo somado resultou num total de mais de dois anos de dias de trabalho perdidos...



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Consideramos que é muito importante que os seguros contratualizados garantam a cobertura de diversas situações de modo a assegurar a devida recuperação dos trabalhadores para benefício da sua própria vida e conseqüente desempenho profissional. -----

Estranhamos, e gostaríamos de saber porque é que a Câmara Municipal de Almeirim não está abrangida por todos os seguros, nomeadamente e damos o exemplo do seguro referente a acidentes pessoais dos autarcas, como é possível de verificar no quadro do Anexo V e novamente no Anexo na página dezassete. Qual a razão para tal? E será que haverá outras situações de exclusão? -----

A CDU gostaria ainda de saber que razões levaram a que, só hoje, estejamos aqui nesta Assembleia a discutir esta proposta. Está referido no ofício enviado pela CIMLT, passo a citar "...todas as deliberações tomadas deverão ser remetidas até ao dia vinte de Abril de dois mil e dez"... Estamos a vinte e cinco de Junho de dois mil e dez, passaram dois meses sobre a data referida como limite. -----

Como a Câmara não cumpriu este prazo gostaríamos de saber o que poderá acontecer? Ou se como já nos habituámos a assistir e não nos admiraria, a abertura do concurso já decorreu sem decisão desta Assembleia? -----

LUIZ INÊS (Grupo do PPD/PSD) » » Só queria apresentar uma sugestão relativamente ao seguro de acidentes pessoais dos utentes dos espaços e instalações desportivas, culturais e municipais. É que, relativamente a esta tabela do Município de Almeirim, os utentes utilizadores desses espaços desportivos ou lazer, podem ter uma utilização formal ou informal. Neste levantamento exaustivo feito, temos a utilização formal. A utilização formal, segundo a Lei de Bases do Desporto, referênciamos que o seguro desportivo já abrange a cobertura para os seus praticantes, logo, na nossa perspectiva, só deveria considerar a utilização informal ou em regime de utilização livre. Temos aqui cerca de sessenta e nove mil e duzentas frequências anuais em equipamentos desportivos, que obviamente vão onerar o prémio de seguro. A segunda questão é porque é que a Câmara Municipal de Almeirim não inclui a cobertura dos utilizadores dos parques infantis nesta relação, visto que a lei obriga a existência de um seguro de responsabilidade civil? -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » Não existem mais intervenções para este ponto? Pelos vistos não! -----

Não estou habituado a terminar tão cedo. -----

LUIZ INÊS (Grupo do PPD/PSD) » » Senhor Presidente da Assembleia, fiz uma pergunta à assembleia. Gostava de ter uma resposta. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vou tentar dar-lhe essa resposta. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Vou verificar se de facto não está incluído. Duvido que não esteja. Vou rever o nosso mapa. -----

LUIZ INÊS (Grupo do PPD/PSD) »» Fiz esta questão porque nos outros Municípios está, só no nosso é que não. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Também gostava de saber porque é que os autarcas não estão incluídos? -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Os autarcas estão cobertos por um seguro que é promovido pela Associação Nacional de Municípios. É um seguro nacional. -----

----- * **Votação da proposta para a abertura de Concurso Público na Área de Seguros, e sua repartição de despesa pelos anos seguintes** ”: Aprovado por unanimidade. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Esgotado que está a Ordem de Trabalhos, pergunto se alguém do público deseja intervir nesta Assembleia? -----

Não havendo inscrições, vou dar por encerrada a Assembleia. -----

Às vinte e três horas e trinta e seis minutos do dia vinte e cinco de Junho, deu-se por encerrada a Sessão lavrando-se para constar a presente acta, que, depois de distribuída, lida e aprovada pela Assembleia vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro – Secretário,

O Segundo – Secretário,
